

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA SAÚDE PÚBLICA FRENTE AO FENÔMENO DO ABORTAMENTO - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

XXIII Encontro da ABRAPSO Minas - Psicologia Social Crítica e interseccionalidade: violências, resistências e perspectivas, 23ª edição, de 20/04/2023 a 22/04/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-029-8

PEREIRA; Lorena de Brito Marcelino¹, GONZAGA; Paula Rita Bacellar Gonzaga²

RESUMO

O trabalho encontra-se referido na modalidade de roda de conversa, no eixo 2. Psicologia social crítica, política e direitos humanos. Ao longo das décadas, a psicologia no Brasil tem ganhado um importante espaço nas políticas públicas. No campo da saúde, é possível identificar a categoria como integrante indispensável nas equipes de assistência, dentre elas as de saúde sexual e reprodutiva. No que tange especificamente às mulheres em situação de abortamento, é preconizado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2011) que o atendimento prestado pelo profissional da saúde mental deve propiciar o apoio necessário, respeitando o seu estado emocional e também orientar sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Contudo, percebe-se que o aborto ainda é um tema pouco discutido pela categoria. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a atuação das psicólogas do SUS em relação às mulheres em situação de abortamento. Possui como método analisar as elaborações da primeira autora, feitas a partir de sua participação no Grupo de Estudos sobre Psicologia e Aborto na América Latina - GEPSILA/UFMG coordenado pela segunda autora, e como trabalhadora em uma equipe de saúde mental na Atenção Primária à Saúde e como ex-residente em saúde da mulher, na cidade de Belo Horizonte. Ao longo dos anos em campo, percebeu-se que as psicólogas que atuam nas unidades básicas de saúde e também as que se encontram nos centros de referência hospitalares, possuem conhecimento escasso acerca do tema, pouca familiaridade com os protocolos de atendimento, por vezes apresentando postura policialesca, realizando uma transposição do modelo clínico tradicional, esquecendo-se da escuta acolhedora e que promove o cuidado Gonzaga (2022). Também deve-se considerar a história da mulher e o aspecto político do fenômeno do abortamento. Essa conjuntura leva a violações dos direitos das mulheres, pois favorece práticas discriminatórias, como julgamentos morais e atitudes que culpabilizam a mulher. Essas ações distanciam a psicologia de um fazer progressista e alinhado à defesa desse grupo, como a profissão se propõe, e deve ser. O Código de Ética Profissional possui como princípios fundamentais a proteção dos Direitos Humanos, promoção da liberdade e da saúde e contribuir para a eliminação de preconceitos. Além disso, a resolução nº 8, de 07 de julho de 2020 é específica para o exercício profissional em relação a violências de gênero, que aponta para a necessidade de um atendimento acolhedor e sem preconceitos. Segundo Mayorga e Gonzaga (2019), a psicologia pode ser transformadora e comprometida com a emancipação das minorias. Pode oferecer a essas mulheres um lugar de escuta, onde sejam capazes de falar sobre a experiência do aborto, favorecendo processos de ressignificação e empoderamento. Tendo em vista este cenário, pensa-se na oferta de formação continuada para os profissionais desses serviços, mas também na extrema necessidade de aproximar a categoria dos estudos sobre saúde sexual e reprodutiva, desde a graduação, inserindo essas discussões nas grades curriculares. Esses seriam alguns passos para a melhoria do atendimento prestado a essas mulheres, visando impedir que novas violências sejam cometidas por uma profissão que preconiza a oferta do cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: aborto, saúde pública, psicologia

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, lorenabrito501@gmail.com

² Universidade Federal de Minas , paularitagonzaga@gmail.com

